

Apresentação do Dossiê

Rodrigo Constante Martins¹

É inquestionável que, desde sua gênese, a sociologia rural tomou a agricultura como núcleo privilegiado de sociabilidade no campo. Ora referenciadas no debate sobre a condição camponesa, ora problematizando a modernização da agricultura, as análises sobre a produção agrícola pautaram os estudos rurais no curso do século XX. Nos últimos 25 anos, contudo, as estatísticas sobre demografia, emprego e qualidade de vida no campo permitiram a formulação de novas hipóteses sobre a associação *ipsis litteris* do rural à agricultura. Em diferentes países, o crescimento da população rural (com variadas mudanças de perfil e composição), somado à consolidação da questão ambiental (que impactou a produção de alimentos, a geração de energia e, principalmente, as modalidades de uso e conservação dos recursos naturais), demandou dos especialistas a mobilização de novos aportes analíticos para a compreensão de um rural que escapava à dinâmica exclusiva da economia agrícola.

Como resultado deste contexto, um importante avanço nos estudos rurais foi a crescente atenção à multidimensionalidade dos objetos de pesquisa. A ruralidade passou a ser abordada como um conceito de natureza territorial e não setorial. As múltiplas dimensões envolvidas nas arenas territoriais têm fomentado investidas analíticas sobre as ressignificações e os modos de construção de relações materiais e identitárias entre grupos e classes sociais no campo. Um exemplo deste deslocamento encontra-se nos estudos recentes sobre os tradicionais temas da renda e do trabalho agrícola, que passaram a ser entrecortados por dimensões analíticas até então pouco usuais, tais como o gênero, a raça, a etnia, as relações extraeconômicas de reciprocidade e as bases culturais de mediação do uso da terra e dos recursos naturais.

Estes avanços conceituais contribuíram para reposicionar a ruralidade como tema de estudo. Sem embargo, a compreensão contemporânea do mundo rural é marcada tanto pela delimitação de suas interações com os espaços urbanos – fugindo do dualismo há muito contestado por Queiroz (1978) – quanto pela identificação de seus modos específicos de sociabilidade. O rural é, assim,

1 Departamento de Sociologia – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil - rmartins@ufscar.br

interpretativamente remontado como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e arena de sociabilidade de onde se vê e onde relações e significados são negociados.

Para este esforço de compreensão, a sociologia continua a desempenhar um papel fundamental. Seja por seu característico diálogo interdisciplinar – ou caráter híbrido, conforme sugerem Alphandéry e Billaud (2009) –, seja através de seu próprio movimento disciplinar, a sociologia faz ressoar nos estudos rurais suas ricas tensões teóricas. Afinal, como bem sugere Jollivet (1998: 5-6), “se a sociologia rural, antes de tudo, é sociologia, ela se integra nas evoluções gerais – temáticas, metodológicas, teóricas – da sociologia. Isto, aliás, é patente se se considera a sua própria história: é assim que ela, cada vez mais – ou simultaneamente –, foi durkheimiana, funcionalista, culturalista, marxista, estruturalista, weberiana etc.”

O objetivo deste Dossiê é justamente apontar para a diversidade de problemáticas e perspectivas teóricas que marcam os estudos rurais recentes em sua vertente sociológica. Os textos aqui reunidos versam sobre diferentes realidades empíricas do mundo rural no século XXI, ao mesmo tempo em que também refletem modos de se pensar as ruralidades no contexto da produção contemporânea nas ciências sociais em geral e na sociologia em particular.

O artigo que abre o Dossiê situa de modo ímpar a diversidade de problemáticas constitutivas das ruralidades neste novo século. De autoria de Alicia Reigada, o texto parte da teoria feminista para discutir as relações de trabalho na agricultura de exportação da região de Andaluzia (sul da Espanha). Ao questionar o problema de se reduzir a perspectiva feminista ao enfoque de gênero, a autora propõe a revisão das categorias de análise empregadas nos estudos agrários sobre o trabalho, destacando tanto seu tradicional viés androcêntrico como as limitações do pensamento dualista. No estudo sobre a implementação de um programa de trabalhadoras agrícolas temporárias no cultivo intensivo de morango, Reigada lança mão das noções de prática e experiência para revelar como trabalhadoras procedentes do leste europeu e do Marrocos são submetidas a diferentes variáveis e sistemas de hierarquização social. Mediante o diálogo com as categorias trabalho e etnia, a autora avança sobre o potencial da teoria feminista para os estudos rurais, perseguindo novas pistas sobre a construção histórica das experiências de segregação no campo.

No segundo texto do Dossiê, Luis Daniel Hacsman propõe a atualização da questão agrária no contexto das transformações do processo de territorialização do capital nas escalas global e local. Tomando por base o caso argentino

– mas fazendo referência também às realidades do Brasil, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai –, o autor discute como, neste início de século, as relações capitalistas de produção vêm expandindo suas bases de acumulação e dominação territorial, avançando no espaço agrário através das ramificações nos setores energético, mineral e nos investimentos voltados ao turismo ambiental-rural. Deste movimento resultaria, sob a óptica do autor, a agudização das contradições históricas do capitalismo no campo, que alimentaria os conflitos de classe em torno da concentração da propriedade e da renda fundiária.

Também em diálogo com a literatura marxista sobre a questão agrária, Hubert Carton de Grammont traz, no terceiro artigo do Dossiê, um balanço do papel histórico do capital industrial nos processos de urbanização e de contraurbanização nos chamados países desenvolvidos – em particular, nos Estados Unidos e na França. Por meio da retomada das características de mobilidade populacional e do trabalho em diferentes regimes de acumulação, o autor argumenta que, se o fordismo foi especialmente marcado pelas concentrações industrial e populacional em cidades que se tornaram verdadeiras macrometrópoles, a chamada acumulação flexível teria importância decisiva na descentralização e na desconcentração industrial, trazendo novas populações às áreas rurais com a distensão das cadeias produtivas. Este regime de acumulação demandaria novos serviços econômicos a estes territórios, influenciando, portanto, sobre a organização da produção agrícola, submetida desde o final do século XX a outra logística de comercialização e de escoamento de seus produtos.

O quarto artigo do Dossiê traz o debate sobre o mundo rural no século XXI para o contexto brasileiro. Em estudo sobre a “nova” morfologia do trabalho nos canaviais paulistas, Maria Aparecida de Moraes Silva, Juliana Dourado Bueno e Beatriz Medeiros de Melo problematizam a dialética da racionalidade-irracionalidade na organização das frentes de trabalho no campo. As autoras identificam situações de trabalho que, pelas condições de disciplina e insalubridade, se revelam o avesso dos supostos progresso e racionalidade comumente atribuídos ao processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar. A máquina, metaforicamente tratada no artigo como *top model*, para seu deslocamento (ou desfile) no canal, demanda um conjunto de atividades que são desempenhadas por turmas de trabalho constituídas por homens e mulheres “invisíveis”, considerados(as) polivalentes e não qualificados(as). São, em sua maioria, trabalhadores à frente das turmas do veneno e da vinhaça e trabalhadoras à frente da recolha de bitucas, pedras e tocos – garantindo assim o sucesso do desfile da máquina. Este tipo de “enfrentamento do canal”, concluem as autoras, seria uma das faces da degradação do trabalho que segue amparando a acumulação no campo.

Por fim, o texto que fecha o Dossiê retoma o importante debate sobre as definições de rural e urbano na sociedade brasileira. Através de três estudos de caso, realizados em diferentes regiões do país (sul, sudeste e norte), Leonilde Servolo de Medeiros, Mariana Trotta Quintans e Silvia Aparecida Zimmermann analisam a constituição das noções de rural e urbano no plano legal. Com base nos encaminhamentos em torno da formulação de planos diretores municipais, as autoras revelam que certas demandas das populações do campo já começam a concorrer com a tradicional leitura do rural como simples espaço de produção. Nestas demandas, ainda bastante incipientes em termos de pressão política, estariam colocadas reivindicações por educação, saúde, lazer, mobilidade e acesso à informação. Os estudos de caso abordados no texto também sugerem a diversidade das formas de ruralidade encontradas no país, de tal sorte que, seja do ponto de vista analítico, seja do da promoção de políticas públicas, o tratamento territorializado da relação rural-urbano parece de fato incontornável.

Mais que estimular o conhecimento, espera-se que este conjunto de textos convide o público leitor da *Contemporânea* a refletir sobre alguns dos desafios sociais e políticos que marcam as sociabilidades rurais neste início de século. E indo além: que esta reflexão seja crítica; isto é, que busque, nestes estudos, os limites a partir dos quais novos olhares serão imperativos.

Referências

- ALPHANDÉRY, Pierre; BILLAUD, Jean-Paul. Retour sur la sociologie rurale. *Études Rurales*, n. 283, 2009, pp. 9-22.
- JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11, 1998, p. 5-25.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo, LCT/EDUSP, 1978, pp. 263-314.